



ANDRÉ LUIZ NICOLITT  
*Doutorando em Direito pela Universidade  
Católica Portuguesa – Lisboa*  
*Mestre em Direito pela UERJ*  
*Professor da Universidade Cândido Mendes*  
*Professor da EMERJ*  
*Membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos*  
*Juiz de Direito – TJRJ*

# A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO



Editora Lumen Juris  
Rio de Janeiro  
2006

*Copyright* © 2006 by André Luiz Nicolitt

Produção Editorial  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pela originalidade desta obra  
e pelas opiniões nela manifestadas por sua Autora.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se à busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

## Sumário

Nota do Autor.....	xiii
Apresentação .....	xv
Prefácio .....	xvii
Introdução.....	xxi
<b>Capítulo I – Duração Razoável do Processo e Direitos Fundamentais .....</b>	<b>1</b>
1.1. O Sistema de Proteção dos Direitos Humanos no Mundo.....	1
1.2. O Sistema Europeu de Proteção dos Direitos Humanos.....	2
1.3. Sistema Americano de Proteção dos Direitos Humanos.....	3
1.4. A Importância dos Instrumentos e Organismos Internacionais na Promoção dos Direitos do Homem..	4
<b>Capítulo II – Processo em Tempo Razoável e Devido Processo ou Processo Justo .....</b>	<b>7</b>
2.1. Devido Processo e Tempo Razoável: Apontamentos Históricos .....	8
<b>Capítulo III – O Direito à Duração Razoável do Processo no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo IV – Natureza Jurídica, Conceito e Características .....</b>	<b>21</b>
4.1 Natureza Jurídica .....	21
4.2 Conceito .....	21
4.2.1. Duração Razoável do Processo ou Processo em Prazo Fixo?.....	24
4.2.2. Doutrina do Não-prazo .....	25
4.2.3. A Indeterminação do Conceito.....	32
4.3. Características.....	36
4.3.1. Direito Subjetivo Público .....	36

4.3.2. Autonomia.....	37
4.3.3. Prestacional .....	38
4.3.4. Reacional.....	39
<b>Capítulo V – O Processo como Âmbito de Incidência do</b> Direito .....	41
5.1. Conceito .....	46
5.2. Contraditório.....	47
5.3. Procedimento e Duração razoável do processo .....	48
5.4. A Repercussão Importante como Fio Condutor da Análise.....	52
5.5. Casos Especiais: Processo de Execução Civil, Pro- cesso de Execução Penal, Revisão Criminal e Extra- dição .....	56
5.5.1. Execução Civil .....	56
5.5.2. Processo de Execução Penal.....	57
5.5.3. A Revisão Criminal e a Extradicação .....	57
<b>Capítulo VI – Titulares e Obrigados .....</b>	59
6.1. Titularidade e Legitimação .....	59
6.2. Os Obrigados .....	62
<b>Capítulo VII – Como medir a Razoabilidade da Duração</b> do Processo? .....	65
7.1. A Questão dos Termos Final e Inicial .....	66
7.1.1. Os Termos no Processo Civil.....	67
7.1.2. Os Termos Inicial e Final no Processo Penal...	71
7.2. Os Critérios Objetivos para Aferir a Razoabilidade do Tempo.....	74
7.2.1. Critérios Preceptivos.....	77
7.2.2. Critérios Facultativos .....	85
7.3. As Justificativas .....	88
7.4. As Propostas de Delimitação Temporal de Henrique Garcia Pons na Espanha.....	90
<b>Capítulo VIII – Responsabilidade Civil do Estado por</b> Violação ao Direito à Duração Razoável do Processo..	93
8.1. Responsabilidade Civil do Estado: Definição e Evo- lução .....	94

8.2. A Finalidade da Responsabilidade Civil do Estado.	98
8.3. A Responsabilidade Civil do Estado por atos do Poder Judiciário .....	99
8.4. Responsabilidade Civil do Estado pela Violação do Direito à Duração Razoável do Processo .....	113
8.5. Responsabilidade Civil do Estado por Erro Judiciário e Ação Penal Privada.....	115
<b>Capítulo IX – Prazo Razoável e Processo Penal .....</b>	<b>117</b>
9.1. Relevância dos Bens Jurídicos em Jogo.....	117
9.2. Efeito da Violação no Processo Penal .....	118
9.3. Possíveis Soluções Diante do Sistema Brasileiro: Perempção, Perdão Judicial, Julgamento no Estado do Processo e Atenuação.....	125
9.3.1. Perempção.....	126
9.3.2. Perdão Judicial .....	129
9.3.3. Julgamento no Estado do Processo .....	130
9.3.4. Atenuante Genérica.....	133
9.4. Os Efeitos da Violação na Fase de Inquérito Policial.	133
9.5. Os Efeitos nas Hipóteses de Progressão de Regime e Livramento Condicional .....	135
<b>Capítulo X – Prisão Provisória e Prazo Razoável .....</b>	<b>137</b>
10.1. Da Prisão Processual.....	137
10.2. Apontamentos Elementares .....	139
10.3. Prisão Provisória Constitucional.....	143
10.4. Prisão Provisória, Excesso de Prazo e Duração Razoável.....	144
10.4.1. O Prazo da Prisão Provisória na Europa (Espanha, Portugal, Alemanha e França) .....	145
10.4.2. Os Prazos da Prisão no Sistema processual Brasileiro .....	148
10.4.3. Uma Interpretação do Sistema para se Fixar um Prazo para a Prisão Provisória.....	152
10.4.4. Procedimento no Júri.....	157
10.4.5. A Prisão Provisória e os Recursos .....	159

10.4.6. A Forma de Contagem do Prazo: Sistema Prazo a Prazo, Sistema Global e Sistema de Fases .....	160
10.4.7. Prisão Provisória: Excepcionalidade e Proporcionalidade .....	161
<b>Capítulo XI – A Competência para Apreciar as Questões Decorrentes do Direito à Duração Razoável do Processo .....</b>	<b>165</b>
11.1. Da Competência para a Pretensão Indenizatória ....	165
11.2. Competência para Aferir os Efeitos Penais Relativamente à Violação .....	166
11.3. Competência para Afastar a Lesão ao Direito Face a um Processo em Curso .....	167
11.4. Competência para Aferir a Duração dos Processos Administrativos .....	168
<b>Capítulo XII – Conclusão.....</b>	<b>169</b>
Referências Bibliográficas .....	175